PATRÍCIO & COMPANHIA, LIMITADA

Contrato de Sociedade Nº SN/1979 de 1 de Fevereiro

No dia vinte e seis de Dezembro de mil novecentos e setenta e oito, na Secretaria Notarial de Ponta Delgada, perante mim, Licenciado Manuel Armindo Sobrinho, notário do segundo Cartório, compareceram como outorgantes os senhores;

PRIMEIRO: — Eng.º Victor Manuel Patrício Correia Mendes, casado com D. Maria Manuela de Mendonça Tavares Correia Mendes sob o regime da comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Nossa Senhora do Livramento, concelho de Quelimane, e residente em Ponta Delgada, na Rua Machado dos Santos, n.º 11,2.º;

SEGUNDO: — D. Maria Manuela de Mendonça Tavares Correia Mendes, casada com o primeiro outorgante, natural da dita cidade de Quelimane e residente na referida Rua Machado dos Santos, n.º 11,2.º;

TERCEIRO: D. Efigénia Augusta Patrício Correia Mendes, casada com Gastão Jorge de Carvalho Correia Mendes sob o regime da comunhão geral de bens, natural de Vilar de Amargo, concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, e residente igualmente na Rua Machado dos Santos, n.º .11, 2.º em Ponta Delgada.,

E por eles foi dito que, pela presente escritura, constituem entre si uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos das clausulas constantes dos artigos seguintes:

PRIMEIRO: — A sociedade adopta a firma de Patrício & Companhia Limitada» e fica com a sua sede em Ponta Delgada, na Rua Machado dos Santos, número onze, segundo.

PARÁGRAFO ÚNICO: — A sociedade poderá estabelecer delegações, sucursais, agências ou outras formas de representação, mediante deliberação tomada em assembleia geral.

SEGUNDO: — A sociedade durará por tempo indeterminado, contando-se o seu começo, para todos os efeitos, a partir de hoje.

TERCEIRO: - Para além de outro em que os sócios acordem e seja legal, o objecto da sociedade consiste em representações, importações e exportações.

QUARTO: — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de seiscentos mil escudos, e corresponde as quotas dos sócios, que são as seguintes:

Eng.º Victor Manuel Patrício Correia Mendes — uma quota do valor nominal de duzentos mil escudos;

D. Maria Manuela de Mendonça Tavares Correia Mendes — uma quota do valor nominal de duzentos mil escudos;

D. Efigénia Augusta Patrício Correia Mendes — uma quota do valor nominal de duzentos mil escudos.

QUINTO: — Os aumentos de capital social poderão ser subscritos por estranhos à sociedade, mediante deliberação dos sócios tomada em assembleia geral.

SEXTO: — Não haverá prestações suplementares de capital. Se, porém, a sociedade carecer de fundos para suprir as necessidades da Caixa Social, estes poderão ser fornecidos em conta de suprimentos por todos ou alguns dos sócios, nos termos e condições que forem convencionados em assembleia geral.

SÉTIMO: - A cessão de quotas, no todo ou em parte, é livremente permitida entre os sócios; a estranhos, porém, dependerá do especial consentimento da sociedade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: — A sociedade e os sócios gozam, pela ordem indicada, do direito de preferência na cessão a estranhos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: — O sócio que pretender alienar a sua quota a estranhos prevenirá a gerência da sociedade por meio de carta registada, declarando a identidade dos eventuais adquirentes e as condições da cessão.

PARÁGRAFO TERCEIRO: — A gerência convocará em seguida a assembleia geral dos sócios, que deverá resolver sobre a preferência da sociedade e sobre o consentimento dela para o exercício da preferência dos sócios.

PARÁGRAFO QUARTO: — Se o sócio que se propuser alienar a sua quota a estranhos não estiver presente na assembleia geral ou não assinar a respectiva acta de deliberação,, deve a gerência comunicar-lhe a resolução tomada por carta registada com aviso de recepção, no prazo de quinze dias a contar da data da realização da assembleia.

PARÁGRAFO QUINTO: — Havendo dois ou mais sócios pretendentes, a quota será dividida na proporção das suas quotas.

OITAVO: — Os herdeiros do sócio falecido exercerão em comum todos os respectivos direitos, enquanto a quota se mantiver indivisa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: — A divisão da quota entre os herdeiros do sócio falecido depende do especial consentimento da sociedade.

PARÁGRAFO SEGUNDO: — Os herdeiros do sócio falecido farão constar à sociedade, mediante carta registada, o seu representante, sem o que não poderão intervir nos negócios desta. O mesmo se observará quanto aos comproprietários.

PARÁGRAFO TERCEIRO: — Quando os herdeiros não forem o cônjuge, pais, filhos ou netos do sócio falecido, a sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota, entregando aos herdeiros o que se apurar pertencer-lhes segundo o último balanço realizado.

PARÁGRAFO QUARTO: — A amortização será feita de pronto ou em quatro prestações trimestrais, iguais e sucessivas, vencendo neste caso um juro anual igual ao praticado para os depósitos bancários a cento e oitenta dias.

PARÁGRAFO QUINTO: — Pretendendo os herdeiros apartar-se da sociedade, poderá esta amortizar a quota do sócio falecido por algumas das formas consignadas no parágrafo anterior.

NONO: — A sociedade será representada em juízo e fora dele, activa e passivamente, por um ou mais gerentes designados em assembleia geral, sem caução, e com ou sem remuneração consoante o que nela se deliberar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: — A gerência poderá ser cometida a pessoas estranhas à sociedade.

PARAGRAFO SEGUNDO: — E desde já nomeado gerente, e até à primeira assembleia geral, o sócio Eng.º Victor Manuel Patrício Correia Mendes.

PARÁGRAFO TERCEIRO: — A sociedade não poderá ser obrigada por fianças, abonações ou quaisquer outros actos de favor.

DÉCIMO: — As assembleias gerais, quando a lei não exigir outras formalidades, serão convocadas pela gerência por carta registada expedida com oito dias de antecedência, pelo menos.

DÉCIMO PRIMEIRO: — Os sócios poderão deliberar, mediante proposta da gerência; a criação de um fundo especial para a amortização de quotas.

DÉCIMO SEGUNDO: — Os balanços serão fechados com referência ao dia trinta e uni de Dezembro de cada ano.

DÉCIMO TERCEIRO: — Dos lucros líquidos anuais serão retirados cinco por cento para o fundo de reserva legal, bem como as percentagens que se julgarem necessárias para a constituição de outros fundos de reserva, que a assembleia determinar.

PARÁGRAFO ÚNICO: — O remanescente será dividido pelos sócios na proporção das suas quotas.

DÉCIMO QUARTO: — A sociedade dissolve-se nos casos determinados na lei e pela resolução da maioria de três quartos dos votos do capital.

Assim o disseram e outorgaram por minuta.

Verifiquei a identidade dos outorgantes por conhecimento pessoal.

Fica arquivada uma certidão passada pela Conservatória do Registo Predial e de Automóveis, em 15 de Novembro de 1978, comprovativa de que a firma adoptada não é susceptível de confusão com qualquer outra lá registada.

Esta escritura foi lida aos outorgantes e aos mesmos explicado o seu conteúdo, em voz alta e na presença simultânea de todos, com a advertência de que deve ser requerido o registo deste acto na Conservatória do Registo Comercial competente no prazo de três meses.

Victor Manuel Patrício Correia Mendes

Marta Manuela de Mendonça Tavares Correia Mendes

Efigénia Augusta Patrício correia Mendes

O Notário,
Manuel Armando Sobrinho